

ATA DA CENTÉSIMA SÉTIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia nove de setembro de dois mil e três deu-se início a Centésima Sétima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo Vice-Presidente José Fernando da Silva (ABONG). Estiveram presentes os conselheiros Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria) Simone Maria da Rocha (ABMP); Maria Izabel da Silva (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Maria das Graças Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES) Alessandro Victor Gama e Silva (MNMMR); Nilmário Miranda (SEDH); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil Presidência da República); Regina Celeste Bezerra Affonso de Carvalho (MS) Regina Teixeira (MAS); Tânia Mara Eller da Cruz (MPOG) e Ana Maria Ângela Bravo Villalba (Minc). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que passaram assumir a titularidade nesta assembléia. Tânia Malinski (MRE); Margarida Munguba Cardoso (MTE); Eridam Suelena Leão de Souza (MAS); Mari Lane de Carvalho (MEC). Por motivo de ausência justificada do CFESS e da OAB foram convocados, e estiveram presentes os conselheiros Beatriz Hobold (Pastoral da Criança) e Vicente Falqueto (UBEE); Estiveram também presentes os conselheiros não governamentais suplentes: Miguel Angel Cal Gonzáles (CFP); Jessimar Dias Pereira (Salesianos); Antonio Pereira da Silva Filho (CGT); Maria de Lourdes Alves Rodrigues (Fundação Abrinq) – **I - Aprovação da Pauta da 107ª Assembléia e da Ata da 106ª Assembléia Ordinária.** Abrindo os trabalhos o Vice – Presidente submeteu a pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada com adequações, transferindo a Teleconferência sobre o livro Aprendizado, Trabalho e Dignidade para data a ser confirmada e em dia diferente da Assembléia do Conselho. Quanto a Ata da 106ª Assembléia a mesma não fora apresentada por acúmulo de trabalho na Secretaria Executiva. Nesta oportunidade o conselheiro Saulo de Castro Bezerra comunicou a sua saída do Conselho por

motivo de acúmulo de trabalho na sua nova função como Procurador de Justiça, passando o cargo à conselheira Simone Maria da Rocha. Dr. Saulo ressaltou a importância da sua participação no CONANDA e a acolhida de todos. A nova conselheira também externou a sua satisfação em fazer parte do CONANDA, **II – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas** - As Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos pertinentes as suas áreas de atuação. **III – Exposição, debate e aprovação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**, elaborado pela CONAETI – No segundo dia de trabalho estiveram presentes vários integrantes da CONAETI. O vice – Presidente cumprimentou a todos e em seguida a conselheira Margarida fez a exposição do Plano de Ação, esclarecendo que a CONAETI é uma Comissão composta por representantes do Governo, Sociedade Civil, empregados e empregadores. Em seguida, foram apresentadas as ações que compõem o Plano. Neste momento os trabalhos foram interrompidos para receber a visita de um grupo de adolescentes trabalhadores domésticos que estiveram em Brasília para participarem do Encontro Nacional sobre o Trabalho Infantil. Várias adolescentes questionaram por exemplo se o Plano Nacional contemplava o trabalho infantil doméstico e quais as punições para quem emprega a trabalhadora infantil doméstica e se o Plano prevê também ações voltadas para a cultura e o lazer desses adolescentes. Neste momento a conselheira Maria Izabel entregou ao Vice-Presidente os resultados do Encontro Nacional sobre o Trabalho Infantil, enfatizando a necessidade dos Conselhos colocarem nas suas agendas a questão do Trabalho Infantil. A adolescente Débora agradeceu em nome do grupo a oportunidade de conhecer e estar aqui no CONANDA. O Vice-Presidente também agradeceu aos adolescentes presentes ressaltando que a questão do trabalho infantil é uma luta do CONANDA e que o mesmo é preocupação central do Conselho. Prosseguindo as discussões do Plano Nacional o conselheiro Cláudio parabenizou o trabalho apresentado e questionou a falta das metas físicas de atendimento, a restrição do orçamento para as ações e como se dará a metodologia de avaliação. A conselheira

Regina Coeli propôs definição mais clara sobre as atribuições de fiscalização e monitoramento estabelecidos no item sete do Plano. A conselheira Simone considerou que o Plano contempla uma visão sistêmica e que a matéria já estava incluída nas escolas superiores de Magistratura e do Ministério Público. Propôs que os demais órgãos incluíssem a matéria nos seus Planos de Ação. A Sra. América representante do UNICEF parabenizou o Ministério do Trabalho e Emprego pelo cumprimento da tarefa. Esclareceu que algumas Ações do Plano não necessitam de recursos e que fora apresentado o produto e não a meta. Esclareceu ainda que o monitoramento se dará nas atividades e no Plano. O conselheiro Cláudio insistiu que fossem incluídas metas físicas no lugar do produto. Propôs ainda a necessidade de se negociar o orçamento para o exercício de 2004. A Sra. Milda Moraes, Coordenadora do PETI, informou que fora criada uma Comissão para avaliar o PETI e uma nova proposta para avaliação do Programa. Com relação ao Plano Nacional sobre a Erradicação do Trabalho Infantil, as sugestões de aperfeiçoamento foram acatadas pela plenária. Os conselheiros poderão enviar sugestões até o dia 17 de setembro via e-mail para a conselheira Margarida. Qualquer alteração de conteúdo do documento o mesmo deverá ser submetido à aprovação na Plenária do CONANDA. O Plano Nacional fora submetido à plenária tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Discussão e Aprovação do Relatório Brasileiro sobre os Direitos da Criança - A conselheira Tânia Malinski, representante do Ministério das Relações Exteriores fez o relato do parecer sobre o relatório do Brasil a ser enviado à ONU, até no dia quinze de setembro, próximo ressaltando, porém que o prazo final do Brasil enviá-lo será quinze de novembro de 2003. Foi discutido pela Plenária a exigüidade de tempo para aprofundamento do assunto e a compatibilização com as propostas enviadas pelo CONANDA. O Sr. José Eduardo (SEDH) propôs que um grupo de conselheiros fizesse a leitura do documento durante os dois dias da Assembléia bem como fosse resgatado nas Atas as indicações dos conselheiros que estavam representando o CONANDA no grupo de trabalho do Itamarati para consolidação do Relatório. O

conselheiro Cláudio considerou desnecessário este levantamento informando que os conselheiros representantes eram Joacir, Stela e Vicente Faleiros. Considerou ainda o prazo muito exíguo para opinar sobre o documento, sendo endossado por outros conselheiros. O conselheiro Vicente Falqueto informou que o Fórum Nacional DCA estará apresentando relatório individual à ONU. A conselheira Simone questionou se não havia prazos estabelecidos no Regimento Interno do CONANDA para apresentação de documentos a serem analisados, caso não haja sugeriu alteração do Regimento para a sua inclusão. A conselheira Maria das Graças complementou alegando que muitos documentos chegam em cima da hora para as Comissões darem parecer. O conselheiro Antonio Pereira da Silva Filho (CGT) solicitou que fosse incluído na Ata a posição da CGT, contra a aprovação do Relatório, pois não estava na gestão anterior do CONADA e não teve conhecimento do Relatório. Após o debate foi aprovado a leitura do documento antes do dia quatorze do mês em cursos.

V - Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre CONANDA/SPDCA/SEDH e a Petrobrás

O Presidente do CONANDA, Nilmaro Miranda presidiu a cerimônia cumprimentando inicialmente os presentes. Em seguida passou a palavra ao Sr. Luis Fernando Nery representando o Presidente da Petrobrás José Eduardo Dutra. O Sr. Luis Fernando cumprimentou a todos, manifestando sua satisfação em participar deste evento. Teceu considerações sobre o novo posicionamento da Petrobrás quanto a questão da responsabilidade social, especificamente na questão dos direitos da criança e do adolescente. Ressaltou que a Empresa sempre se destacara no investimento de projetos sociais e que a grande diferença neste novo processo de trabalho era que antes os projetos e as parcerias atuavam isolados e a partir de agora as ações estavam voltadas para uma visão maior e mais estratégica, aderindo a implementação de Políticas Públicas traçadas pelo governo, para a transformação social. Ressaltou ainda sobre a adesão da Petrobrás ao Programa Fome- Zero. O Sr. Luis Fernando esclareceu que a empresa não mais fará doações simplesmente, mas participará das discussões e dos encaminhamentos desses recursos, além da adesão do trabalho

corporativo da Companhia. Informou também que neste mês de setembro a Petrobrás recebera o Certificado “Empresa Amiga da Criança”, da Fundação Abrinq. O Presidente Nilmário ressaltou que o CONANDA é o Conselho mais importante do país, assim como a rede de Conselhos composta pelos Conselhos Estaduais, Municipais e Tutelares. Enfatizou que quatorze países já estiveram aqui no Brasil para estudar o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Presidente ressaltou a realização da V Conferência, considerando um dos eventos mais importante dada a nova condições do Governo Federal. Ressaltou ainda, a importância da parceria com a Petrobrás para o atendimento de programas voltados para crianças e adolescentes. O Vice-Presidente enfatizou a importância da continuidade da parceria com a Petrobrás iniciada em dois mil e um, enfocando a Campanha “Mídia e Conselhos” que está sendo veiculada na Mídia e o Guia sobre Conselhos que deverá ser lançado na V Conferência, ambos financiados com recursos da Petrobrás. O conselheiro Cláudio também abordou a importância das parcerias com a Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Furnas e Chesf, graças aos esforços de todos. A conselheira Margarida registrou a importância da Petrobrás no apoio ao combate do Trabalho Infantil e aos projetos sucoalcoleiros. A Sra. Denise falou da sua alegria em acompanhar as ações da Petrobrás e de pensar o direito da criança com um parceiro nesse padrão de resiliência. Neste momento foi assinado o Termo de Parceria para o crédito de dez mil reais ao Fundo Nacional Para a Crianças e o Adolescente, através do incentivo fiscal pessoa jurídica, estabelecido no artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente. **VI – Exposição, discussão e aprovação do Programa Presidente Amigo da criança** - A Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente Sra. Denise, fez uma rápida explanação sobre o objetivo do Programa, das articulações e das gestões realizadas para a conclusão dos trabalhos. Ressaltou que o Programa necessita de aperfeiçoamento, porém havia necessidade de informar até no dia 11 de setembro sobre a sua aprovação para o agendamento do seu lançamento no dia doze de outubro do corrente ano. O Sr. Amarildo complementou que algumas imperfeições já foram

corrigidas, contemplando as sugestões apresentadas na Assembléia anterior e na oficina realizada para este fim. Falou também da criação do sistema de monitoramento, composto por um conjunto de indicadores, que deverá ter início no mês de outubro próximo. Ressaltou também que apesar do trabalho ter sido exaustivo o mesmo ocasionou uma relação inédita do governo com a sociedade civil. Para o Sr. Amarildo a legitimação do Programa pelo CONANDA é de fundamental importância. O Vice-Presidente abriu o debate com a fala do conselheiro Ivanildo que demonstrou a sua preocupação pela quantidade de ações apresentadas, considerando que há necessidade de uma avaliação das mesmas. A conselheira Maria de Lourdes agradeceu a todos que contribuíram na elaboração do Programa. O conselheiro Miguel ponderou que a saúde mental não fora contemplada no Programa. A conselheira Eridan esclareceu que o programa agente jovem está passando por uma avaliação e será remodelado para integrar a proposta de unificação de renda, porém o mesmo não será extinto e o mesmo acontecerá com o Programa PETI, O conselheiro Vicente considerou que o Programa proposto deveria conter apenas o Pacto Pela Paz que foi construído através de uma mobilização nacional, ou pelo menos o Programa deveria contemplar todos os eixos do Pacto. O Vice-Presidente ressaltou que na apresentação do documento deverá haver esclarecimentos que algumas ações puderam ser relacionadas com o Pacto, outras não, apenas adaptações. A conselheira Simone propôs que o documento fosse sucinto e concreto. Após o debate o programa foi deliberado pela plenária com os ajustes necessários, devendo haver reunião do Grupo antes do seu lançamento para análise das alterações propostas. No terceiro dia da Assembléia estiveram presentes os representantes dos Ministros da Saúde, Educação, Justiça, Cidades, Trabalho e Emprego, Segurança Alimentar e Assistência Social, para apresentação do Programa Presidente Amigo da Criança. O Presidente ressaltou a importância do Programa e do esforço de todos os ministérios na elaboração do mesmo. Destacou com ênfase as grandes metas priorizadas que são a) Promovendo vidas saudáveis; b) promovendo educação de qualidade; c) proteção contra abuso, exploração e violência;

d) combatendo o HIV/AIDS. O Vice-Presidente ressaltou o rico processo de elaboração do Programa e a sua relação com o Pacto Pela Paz. Expôs a possibilidade do mesmo ser lançado pelo Presidente Lula na próxima Assembléia do CONANDA. A Subsecretaria Denise Paiva endossou as palavras do Vice-Presidente e parafrazeou “Drumond de Andrade” alegando que está havendo” um cheiro novo no ar” Elogiou a participação do Sr. Amarildo na condução dos trabalhos. A conselheira Simone falou da importância da integração interministerial e interinstitucional. Ressaltou que o CONANDA aprovou o Programa e espera que o Presidente assegure o orçamento . O conselheiro Alessandro também reforçou a necessidade de assegurar o orçamento real para a sua aplicabilidade. A conselheira Marilene reafirmou as falas anteriores, ressaltando o artigo 86 do Estatuto e que o Plano de Ação veio mostrar que isso é possível. Reforçou a necessidade da prioridade absoluta no orçamento. A conselheira Maria de Lourdes falou de seu contentamento e do desafio do governo brasileiro. Enquanto representante da Abrinq louvou a participação de todos no processo e enquanto conselheira do CONANDA pelo cumprimento da sua missão. Finalizando enfatizou que lugar de crianças e adolescentes é no orçamento também. Todos os representantes dos Ministros usaram a palavra para ressaltar a importância da ação conjunta e enaltecer a parceria do CONANDA com a Petrobrás. Estiveram, também presentes o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais e o Juiz da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro Dr. Guaraci. Encerrando a solenidade o Presidente agradeceu a todos pela presença, em especial ao representante da Petrobrás que também participou de cerimônia, pelo momento importante para as crianças e adolescentes. **VII - Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas**

- 1) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas - A conselheira Tânia fez o relato dos trabalhos informando sobre a avaliação dos Planos Estaduais, tendo sido analisados os Planos dos Estados da Bahia, Piauí, Goiás, Roraima, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina , Rio grade do Norte, Distrito Federal, Amazonas, Mato Grosso e Paraíba , destes apenas os Planos dos

Estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Amazonas e Espírito Santo (Colatina). Foram aprovados parcialmente, os projetos dos Estados do Rio Grande do Norte, Goiás e Piauí, os demais encontravam-se com pendências ou apresentavam incompatibilidade com os critérios propostos. Com relação aos Projetos sobre o fortalecimento do sistema de garantia de direitos foram selecionados três Estados com os mais baixos índices de desenvolvimento humano – IDH: Piauí, Amazonas e Amapá. Foi apresentado a relação dos projetos aprovados pela Comissão de Chancela, em parceria com o Ministério dos Esportes, cuja relação deverá ser publicada no Diário Oficial da União através de Resolução do Conselho. A relação completa dos Projetos será enviada aos conselheiros via e-mail. Com relação ao documento recebido do Procurador Federal sobre declaração simplificada do imposto de renda questionando sobre a possível queda de receitas dos fundos em decorrência da impossibilidade de doação para quem opta pela declaração do imposto de renda pessoa física simplificada, foi respondido ao interessado que o sistema é descentralizado e a detentora da fonte de informações é a Receita Federal, que a concentração dos recursos doados aos fundos é de pessoa jurídica e que o CONANDA não recebeu nenhuma denúncia em que a declaração simplificada teria afetado a captação de recursos para os fundos. Foi deliberado que o Conselheiro Cláudio Augusto representará o CONANDA no debate sobre a lei de execução das medidas socioeducativas a ser promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da PUC/SP, no dia trinta de outubro do corrente.

2 – Comunicação de Articulação e Comunicação – A conselheira Laura fez o relato dos trabalhos conforme segue: a) recebimento de correspondência da 3º Vara da Infância e da Juventude de Recife-PE, informando ao CONANDA o acolhimento da liminar concernente a garantia dos serviços especializados da DPCA, estando a mesma aguardando o prazo de contestação por parte do Governo do Estado; b) recebimento de carta de uma mãe de adolescente do município de Gurupi-TO, denunciando a violência sofrida por adolescentes na cadeia local e solicitando fiscalização e garantia dos direitos dos adolescentes. A Comissão propôs enviar ofício

ao Conselho Tutelar, CMDCA, CEDCA/TO e Ministério Público; c) recebimento de correspondência do CONDECA/SP, informando que o Mandato de Segurança impetrado pela CUT/SP fora rejeitado pela 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, reafirmando a legitimidade do processo eleitoral do Condeca; d) recebimento de correspondência do Conselho Tutelar de Santos –SP, informando a fiscalização na Delegacia da Infância e da Juventude e constatando irregularidades, tais como superlotação e permanência superior a trinta dias nas dependências da delegacia. Foi informado pelo Conselho Tutelar o compromisso entre autoridades municipais e o Presidente da Febem/SP para implantar o Núcleo de Atendimento Integral ao Adolescente Infrator naquela localidade; d) recebimento de denúncias de irregularidade na Associação Alpha e Omega na cidade de Garça, que atende crianças e adolescentes. O denunciante ressaltou que a nível de Estado já foram suspensos os repasses de recursos e a inscrição da Instituição e que o mesmo seja feito por parte do Governo Federal. A Comissão propôs enviar correspondência ao CMDCA, sugerindo que o Conselho solicite ao Procurador Geral de Justiça da Cidade de Marília – SP cópia do expediente arquivado naquele órgão para avaliar as providências tomadas ou que devam ter seguimento, caso julguem convenientes. A Comissão recebeu a visita da Sra. Rita Hipólito/SEDH para informar sobre a teleconferência a ser realizada no Palácio do Planalto, em conjunto com o MEC para lançamento do “Guia Escolar – Métodos de Identificação de Sinais de Violência e Abuso Sexual”, em parceria com o Banco do Brasil e SENAD, solicitando a parceria do CONANDA para mobilização dos Conselhos de Direitos. A Comissão recebeu também a visita do Sr. Marcus Fuchs para tratar da pauta de assuntos que possam ser destaque na Mídia possam ser divulgados na ANDI. O Sr. Marcus disse que a ANDI se compromete a prestar assessoramento à V Conferência, disponibilizando no site da Agência informações sobre a realização das Conferências a nível de Estados e Municípios e lançar no mês de novembro release para a Mídia sobre a V Conferência, bem como articulações com as sucusais e matrizes da grande

mídia para divulgação do evento. Informou ainda que os trabalhos escritos pelos conselheiros podem ser divulgados através de release, podendo ser um artigo por semana. Durante a Conferência a ANDI se comprometeu disponibilizar dois profissionais para atendimento aos jornalistas e cobertura on-line para o site da Agência, além de articular – se com as emissoras de rádio e TV, para entrevistas e coletivas. Foi entregue pelo Sr. Marcus proposta de continuidade do Projeto Mídia e Conselhos para análise do CONANDA, que será apreciada pela Comissão na Assembléia de outubro. A Comissão contou ainda com a presença da Sra. Elisângela – SEDH para tratar do “DISK”. Foi informado as dificuldades dos operadores em função do lançamento da Campanha Mídia e Conselhos na televisão, extrapolando a capacidade do Call Center. Após o relato a conselheira Maria Izabel esclareceu que a CUT irá recorrer da sentença sobre o CONDECA-SP e que existem outras ações aguardando decisão. A conselheira Maria de Lourdes propôs encaminhar aos conselheiros via e-mail a relação de todas as ações, tendo a mesma sido aprovada por todos. **3)**

Comissão de Políticas Públicas – A conselheira Regina Affonso fez o relato dos trabalhos destacando os seguintes Pontos: **Correspondência recebida:** a) Fundação Luiz Eduardo Magalhães informando o adiamento do Fórum Internacional para Desenvolvimento, para o mês de novembro do presente exercício; b) convite para 1º Conferência Regional Região Sudeste “ Ofensas Sexuais – Abordagem, Diagnostico e Terapêutica; c) reivindicação do Conselho Estadual dos Direitos de Blumenau – SC, sobre a organização de mobilização nacional para a discussão da legislação pertinente sobre profissionalização e inserção de adolescentes no mercado de trabalho. A Comissão propôs caminhar copia da Resolução Nº 74/2002 do CONANDA e o Livro “Aprendizagem, Trabalho e Dignidade”, d) O conselho Municipal de Santos – SP encaminhou Resolução Nº 62/2003, dispendo sobre o programa de atendimento de aprendizagem empresarial e regulamentando os procedimentos de registro de entidades e inscrição desses programas junto ao CMDCA. O Conselho informou que embora tenham discordância com alguns aspectos da

Resolução Nº 74 atenderam na íntegra o diploma legal. A Comissão propôs informar ao CMDCA que o CONANDA estava analisando a readequação da Resolução aceitando críticas e sugestões. e) solicitação do CMDCA de São Francisco de Paula-MG para intervenção do CONANDA na avaliação da Política Nacional de Atenção às Crianças em Risco Nutricional. A Comissão propõe solicitar informações ao Ministério da Saúde e encaminhá-la ao CMDCA de São Francisco. Com relação ao Projetos de lei que altera o Estatuto será proposto à Frente Parlamentar, CONANDA, Inesc e Fórum Nacional DCA, a realização de Oficina para análise das propostas considerando: os projetos a serem aprovados na íntegra; os projetos a serem aprovados com ressalvas; os projetos que devem ser rejeitados e finalmente deliberação do CONANDA. Articulação CONANDA/Frente Parlamentar com os Presidentes da Câmara e do Senado para aprovação dos projetos. Os conselheiros Miguel, Fernando, Alessandro, Margarida, Nájla, Simone e o Assessor Técnico Francisco representarão o CONANDA na Oficina, sendo que a coordenação do grupo ficará o cargo do conselheiro Alessandro, que deve manter contato com o UNICEF para verificar uma possibilidade de apoio. Quanto a execução da V Conferência foram analisados e encaminhados os seguintes pontos: participante, inscrição, relação de convidados, representantes de órgãos nacionais, internacionais e ONG's, relação das autoridades, mesa de abertura e conferência magna. Ficou estabelecido um prazo maior para o relato da Comissão discutir o Regime Interno e rever a metodologia e programação da conferência. A conselheira Tânia solicitou que esses documentos fossem enviados com antecedência via-e-mail. A conselheira Maria de Lourdes sugeriu um representante dos adolescentes na mesa de abertura. Foi proposto e aprovado pela maioria, solicitar aos Conselhos Estaduais a indicação de um Coordenador por Estado e a referência que este seja o Presidente do Conselho ou quem ele indicar. Foi aprovado ainda o nome da Sra. Maria Ieda Lopes da Silva como Coordenadora Técnica dos Trabalhos. Quanto aos facilitadores ficaram algumas pendências para serem sanadas na próxima assembléia. A Sra. Márcia, representante do Fórum

Colegiado dos Conselhos Tutelares reivindicou a participação dos **vinte e sete** integrantes na V Conferência. O assunto foi debatido pela plenária e como não houve consenso o Vice-Presidente propôs que o assunto fosse analisado na Assembléia do mês de outubro pela Comissão e posteriormente deliberado pela plenária. **VIII – Assuntos Gerais:** (Informes, convites, representações): A Sra. Edna informou sobre a realização do 34º Fórum Nacional do FONACRIAD na cidade de São Paulo. A conselheira Rachel informou sobre sua participação no Encontro de Avaliação do Projeto de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos em Mato Grosso. A conselheira Maria das Graças falou da sua participação no evento “Circo de Todo Mundo” em Belo Horizonte-MG. A conselheira Beatriz informou sobre sua participação em eventos de capacitação no Estado de Tocantins, promovidos pela Pastoral da Criança em Convênio com o CONANDA e sobre os vinte anos da Pastoral da Criança. O Conselheiro Cláudio informou sobre sua participação na Conferência Municipal de Cacoal-RO. O conselheiro Alessandro informou sobre sua participação na Conferência Municipal de Formosa-GO. Apresentou documento contendo denúncias sobre o assassinato de um adolescente em Maceió-AL e que estão solicitando a presença do CONANDA. O conselheiro foi designado para ir ao Estado juntamente com um representante da SPDCA. O Presidente informou sobre a reunião com os conselheiros governamentais e que doravante a mesma será uma constante. Nesta reunião foram discutidos duração das Assembléias, presença para garantir a continuidade e participação nas Conferências Estaduais. O Presidente informou as articulações para firmar parceria com a Câmara dos Deputados objetivando a impressão de quarenta mil Estatutos. Fora informado ainda sobre a necessidade de uma ação concentrada junto a Febem – SP, e que o mesmo já havia agendado reunião com os Prefeitos das grandes cidades do interior do Estado, pra tratar sobre a implementação do Estatuto e das medidas socioeducativas, visto que a não implantação das mesmas proporciona grandes desgastes ao Estado. Deverão ser tratadas questões sobre a implementação do Estatuto, Medidas Socioeducativas em meio aberto,

construção de unidades etc. Propôs que o assunto fosse tratado num Grupo de Trabalho para este fim. O Presidente demonstrou ainda a sua preocupação com o Condeca-SP pela fissura existente, bloqueando o desenvolvimento das suas ações. A conselheira Simone falou da Campanha está sendo realizada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina “O amor a melhor herança” e do site “Minha Cidadania”. O conselheiro Vicente falou sobre a realização do Fórum Social nas cidades de Curitiba – PR e Teresina-PI. A conselheira Maria Izabel falou da sua participação na reunião da CONAETI e da reunião da Comissão Especial do Trabalho Infantil Doméstico e que na próxima reunião dessa Comissão deverá ser discutido o artigo cento e quarenta e oito do Estatuto, no que diz respeito ao instituto da guarda. Informou ainda sobre audiências públicas na Câmara dos Deputados para tratarem sobre o trabalho infantil doméstico e orçamento. O conselheiro Cláudio complementou haver necessidade de articulações com a Frente Parlamentar para tratar desses assuntos e o conselheiro Alessandro informou que o Inesc irá realizar oficina para discutir o monitoramento do PPA e da DRU. Ficou deliberado que na Assembléia do CONANDA, no mês de outubro de 2003, haverá debate sobre PPA 2004-2007, Orçamento 2004 e DRU (desvinculação das Receitas da União). Para tanto será convidada a Coordenação da Frente Parlamentar em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A conselheira concluiu o seu informe, que a Comissão do PETI de Arapiraca realizará o “Baile de Debutantes”, onde serão homenageadas 487 adolescentes trabalhadoras domésticas e do PETI. No final da apresentação dos informes sugeriram algumas dúvidas sobre ação concentrada na Febem-SP e como o Presidente já havia se retirado por problemas de agenda, não foi possível defini-la. O sr. José Eduardo/SEDH ficou responsável para verificar se trata de ação operacional ou de articulação, para a plenária definir os integrantes do grupo de trabalho e as providências a serem adotadas. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

Nilmário Miranda
Presidente do CONANDA